

Relatório de Auditoria Operacional processo TCE 06265/2018-7 - fls. 80 a 94)

MUNICÍPIO DE HORIZONTE

8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Próprio]	Não
8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Terceirizado]	Sim
8.1 Existe em contrato previsão para acesso e disponibilização do banco de dados para o município-	Sim
9. O sistema de arrecadação é integrado-	Sim
10. Há backups periódicos do banco de dados do sistema de arrecadação-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- - comment	Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 007 de 02/10/2017
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos existentes:]	7
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos preenchidos:]	7
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária-	Não
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- - comment	
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária-	Sim
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- - comment	Lei nº 1.175 de 16/05/2017
15. Existe plano de capacitação para os integrantes da administração tributária-	Sim
16. A legislação tributária consolidada está atualizada nos termos do art. 212 do Código Tributário Nacional-	Sim
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line-	Sim
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- - comment	Site: sefin.horizonte.ce.gov.br
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS-	Sim
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- - comment	Convênio Cooperação Técnica 14/11/2017

19. A normatização municipal do Imposto sobre Serviço (ISS) está compatível com a Lei Complementar Federal 116/2003-	Sim
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município-	Não
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- - comment	
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line-	Sim
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line - comment	Site: sefin.horizonte.ce.gov.br
22. Existe rotina de trabalho aplicada à fiscalização de contribuintes com atividades diversas que compartilham o mesmo endereço cadastral-	Sim
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa-	Sim
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- - comment	Profissionais Autônomos de medicina recolhem por estimativa
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura-	Sim
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- - comment	
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro-	Sim
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- - comment	Arrecada e realiza auditorias periódicas
26. Quais as atividades econômicas são responsáveis pelas maiores arrecadações com ISS-	Substituição tributária realizada pelas indústrias estabelecidas no Município. Exemplo: Vulcabrás, Ford etc.
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos-	Não
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- - comment	
28. No município há a cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)-	Não
Qual o motivo da não cobrança do ITR-	O ITR por tratar-se de um Imposto Federal, não há pelo Município, previsão de cobrança, entretanto, o Município cobra IPTU dos municípios, todavia, aquele produtor rural, uma vez que paga ITR, vem na Secretaria de Finanças solicitar isenção de IPTU em decorrência da efetivação do pagamento do ITR. O processo de isenção é previsto no código tributário municipal.
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line-	Sim

29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- - comment	Site: sefin.horizonte.ce.gov.br
30. Há legislação que institui o Plano Diretor-	Sim
30.1. As revisões estão ocorrendo no prazo legal-	Sim
31. Há Planta Genérica de Valores em vigor e instituída por lei-	Sim
31.1. A Planta Genérica de Valores foi revisada no prazo recomendado-	Sim
32. O município adota alíquotas progressivas de IPTU-	Sim
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município-	Sim
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- - comment	Art. nº 56, Lei 07/2017 - Código Tributário Municipal
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário-	Outros
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- [Outros]	Houve atualização em 2017 com o novo Código Tributário
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line-	Sim
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- - comment	Site: sefin.horizonte.ce.gov.br
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial-	Sim
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- - comment	Existe assessoria jurídica na estrutura da Secretaria de Finanças
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita-	Sim
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- - comment	Encaminhamento de CDA's com as respectivas petições pelo o Procurador Geral
38. A administração atualiza os dados cadastrais dos contribuintes devedores com as informações colhidas nos processos de execução fiscal-	Sim
39. A procuradoria adota procedimentos de qualificação e agrupamento das execuções fiscais a serem propostas-	Não
40. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado de prazos processuais-	Não
41. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado dos parcelamentos concedidos no curso de execuções fiscal-	Não
42. Existe implementada, no município, cobrança administrativa dos créditos tributários inadimplidos, definida como aquela em que ocorre, no mínimo, o envio periódico de notificações aos devedores-	Sim
43. O município produz relatórios gerenciais periódicos, comprovando os resultados da cobrança administrativa realizada-	Sim
44. A administração inscreve em dívida ativa os créditos inadimplidos de todas as espécies tributárias-	Sim

45. A inscrição em dívida ativa é realizada automaticamente pelo sistema informatizado-

Sim